O PAPEL DO ATIVISMO FEMINISTA NA LUTA PELA ANISTIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Sibele Valadão Rossales[1]

Resumo: O contexto em que ocorreu a promulgação da Lei nº 6683/79, popularmente conhecida como "Lei da Anistia", se deu inicialmente em meio a uma abertura política conhecida como uma transição lenta, gradual e segura ainda no governo Geisel (1974 a 1979). Todavia, se por um lado estava ocorrendo um processo de abertura, por outro o autoritarismo ainda imperava no país com a vigência do AI-5 e todos os órgãos vinculados à segurança nacional atuando repressivamente frente a quaisquer oposições.
É dentro desse contexto e com a segunda onda do feminismo que surge no Brasil a partir da década de 60, que as mulheres para além do ativismo feminista passam a se organizar em movimentos sociais de oposição, com seu ápice a partir de 1970 através de organizações de luta contra a carestia, o movimento pela anistia, o clube das mães e demais agendas.
Assim eclode o feminismo no Brasil, em meio a uma dura repressão do regime militar, de forma que sua principal característica era o interesse em promover um projeto amplo de reforma social e com a previsão de direitos da mulher, além de preconizar um espaço para organizações que possibilitavam o envolvimento de setores populares.
O objetivo do presente trabalho é investigar como se deu a organização dessas mulheres, quais seus objetivos e qual o papel exercido dentro da luta pela anistia nas ruas e na imprensa mediante uma pesquisa qualitativa com base na análise documental de arquivos dispostos juntos ao Arquivo Nacional, os quais serão analisados por intermédio do software *Tropy*.

Palavras-chave: Lei de anistia; AI-5; Feminismo; Ditadura.

Abstract: The context in which Law nº 6683/79 occurred, popularly known as the "Amnesty Law", initially occurred amidst a political opening known as a slow, gradual, and secure transition, still during the Geisel government (1974 to 1979). However, while a process of opening up was taking place on one hand, authoritarianism still prevailed in the country with the enforcement of AI-5 and all national security-related agencies acting repressively against any opposition.
Within this context, and with the second wave of feminism emerging in Brazil from the 1960s, women began to organize themselves in social opposition movements, reaching their peak from 1970 onwards through organizations fighting against inflation, the amnesty movement, the mothers' club, and other agendas.
Thus, feminism emerged in Brazil amidst the harsh repression of the military regime. Its main characteristic was the interest in promoting a broad social reform project and envisaging women's rights. It also advocated a space for organizations that facilitated the involvement of popular sectors.
The objective of this present work is to investigate how the organization of these women unfolded, what their objectives were, and what role they played in the struggle for amnesty on

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). E-mail: sibelerossales@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9538637864325607. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1670-1093.

the streets and in the media through qualitative research based on documentary analysis of files available at the National Archive, which will be analyzed using the Tropy software.

Key-words: Amnesty Law; AI-5; Feminism; Dictatorship.

Introdução

A ditadura de segurança nacional brasileira (1064-1985), assim como as demais ditaduras latino-americanas foi caracterizada pelas diretrizes gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), e de estratégias sugeridas pela contrainsurgência mediante uma política estatal que adotou como forma de metodologia repressiva o sequestro, a detenção ilegal, a tortura e os desaparecimentos forçados de todos que insurgiram-se contra o regime ditatorial, bem como a ocultação de seus cadáveres (PADRÓS, 2014). Essas formas repressivas de conter o suposto inimigo interno funcionavam paralelamente a uma estrutura legal e visível por parte do Estado.

O aparelho clandestino não só objetivava a aniquilação da figura do que considerava como inimigo interno: comunistas, subversivos e terroristas; como também buscava moldar o movimento popular ao esmagar seus membros ativos e os reservas, seja mediante a intimidação ou através da perseguição e sua consequente prisão.

Dessa forma, nas palavras de Padrós (2014), isolar, cercar e destruir a mobilização social e política é o objetivo direto para justificar a interdição da democracia e da intervenção da sociedade. Ao passo que o objetivo indireto, seria desmantelar toda uma geração que militava entre o período que compreende os anos 1960 e 1970.

Por conseguinte, adota-se a percepção de Maria Helena Moreira Alves (2005, *apud* Padrós, 2014), a qual considera que a repressão ditatorial brasileira foi implementada por intermédio de ondas repressivas, onde percebe a tortura como linha constinua da violência estatal, além de mostrar-se um instrumento angular contra quaisquer oposições políticas, fato que acaba por acentuar-se após o cenário da implementação do Ato Institucional nº 5 (AIT-05-68)[2] e pela Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n. 314/67)[3], motivo pelo qual:

[2] Criado em 13 de dezembro de 1968, ficou amplamente conhecido como o momento mais duro do regime. Foi responsável por legitimar uma série de ações totalmente arbitrárias que contribuiram para reforçar a censura e a tortura, o que resta evidenciado principalmente pela suspensão integral dos direitos políticos previsto nos arts. 4º e 5º pelo prazo de dez anos, que poderia ser condicionado a medidas de segurança que englobava liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio determinado. Para mais informações cf: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>.

[3] Instrumento criado para definir os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, além de estabelecer seu processo de julgamento e demais providências. Tem por base o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 e o art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, onde lista quais são

> O conjunto de estratégias de dominação implementadas acabou conformando, como rescaldo da atuação dos órgãos de segurança e de inteligência em larga escala, uma "cultura do medo" de característica nacional – salpicada pelo temor diante de agentes e supostos agentes que agiam por detrás de siglas como DoPS, SNI, DoI-Codi, CENIMAR, ou dos temidos "esquadrões da morte", ou ainda diante dos limites altamente restritivos delineados pelo AI-5 ou pela Lei de Segurança Nacional (ALVES *apud* PADRÓS, 2014, p. 27).

Para além de legislações como o Decreto-Lei n. 314/67 e o AIT-05-68 também adota-se como um ponto crucial das ondas repressivas, a vigoração da Lei de imprensa (Lei nº 5.250/67), visto que o referido dispositivo legal segundo Sader (1982, *apud* Padrós, 2014), possibilitava a interdição, mediante a censura e sua consequente autocensura, de toda e qualquer forma de denúncia ou até mesmo a exposição das práticas desumanas como: tortura, execução ou desaparecimento forçado promovidos clandestinamente pelo Estado. Essa combinação de esforços para silenciar e ocultar quaisquer denúncias realizadas, garantiu eficazmente a invisibilidade do terror de Estado[4], além de mascarar o que realmente acontecia ao ressignificar seus atos mediante a justificativa patriótica de defender a nação contra um suposto inimigo interno que buscava subverter os, assim considerados, "valores morais".

O fim da ditadura civil-militar no Brasil, é caracterizado por uma série particularidades, nas palavras de Arturi (2001, *apud* Lentz, 2014), de 1974 a 1985, a ditadura passou por um processo lento e gradual de dissolução, controlado pelos próprios militares durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que colocou como pauta de governo uma política de distensão para uma via democrática, discurso o qual possibilitou em um primeiro momento, a esperança das oposições colocarem-se em cena, visto que desde os atos institucionais e de forma mais intensa com a aplicação da doutrina de segurança nacional, a resistência foi praticamente aniquilada ao ter ceifada os mecanismos de qualquer ação (VARGAS, 2008).

Cumpre destacar, que mesmo os últimos anos do regime militar (1975-1985) terem sido representado um processo de abertura política onde foi posto em jogo uma exaustiva negociação até o retorno de um civil no poder, ainda sim, restava em vigor importantes mecanismos de perseguição e silenciamento político.

---

os crimes contra a segurança nacional e as formas de punição. Para mais informações cf: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0314.htm>.

[4] Termo utilizado nos casos em que o Estado implementa métodos violentos contra seus cidadãos, de forma que quem deveria proteger a população quanto às violações de direitos humanos, é logo quem os comete.

Em meio às negociações para a volta da via democrática no país, a primeira pauta a ser pontuada e reivindicada é referente a promulgação de uma anistia "ampla, geral e irrestrita" ainda em 1975, onde quem encabeça o debate acerca do tema é justamente o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em São Paulo por Terezinha Godoy Zerbini[5], com o objetivo de redemocratização do país, mediante a extinção de atos de exceção, como por exemplo a situação de presos políticos e exilados.

A criação do movimento ocorreu a partir do Ano Internacional da Mulher[6], realizado pela Organização das Nações Unidas no México, bem como pelo fato de historicamente sempre terem sido discriminadas por uma legislação que as excluía de uma participação política mais efetiva (MARIA QUITÉRIA, s.d.).

FIGURA 1 - MARIA QUITÉRIA: BOLETIM DO MFPA, ANO 1, Nº 1

[5] Advogada, assistente social e ativista de direitos humanos, foi a fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia.

[6] Foi o momento de realização da I Conferência Mundial da Mulher, com o lema "igualdade, desenvolvimento e paz", a referida conferência possuía como tema central a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social. Nesta data, também foi aprovado um plano de ação como norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional, cujo foco do debate era a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, além da plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial.

Boletim do MFPA Página 2 EDITORIAL

A NOSSA CAUSA E O SEU SÍMBOLO

Não somos feministas. Somos, sim, pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país.

Em determinado momento, sentimos que era obrigação de todo cidadão brasileiro, que trabalha e produz, levantar uma das mais nobres bandeiras de luta: a Anistia a todos os presos políticos, banidos e privados dos seus direitos, ou que foram punidos pela Lei de Segurança Nacional ou pelos atos de exceção editados a partir de 1964.

Decidimos que, inicialmente, as mulheres deveriam conduzir essa bandeira, não apenas por ter sido 1975 o seu Ano Internacional, proposto pela Organização das Nações Unidas, mas também porque, historicamente, sempre foram discriminadas por uma legislação que, de forma mais sutil, praticamente alijou-as de uma participaão política mais efetiva.

Como sabemos, hoje são milhares as casas de brasileiros que sofrem a ausência de um dos seus membros, atingidos por punições. Muitos tiveram que sair do país para ganhar a vida, uma vez que lhes foi proibido trabalhar e estudar aqui. E todas as famílias que se encontram nessa situação têm apenas uma esperança: a Anistia.

Não nos consideramos donas dessa bandeira. Na verdade, ela não tem donos.

A nossa contribuição para essa luta constituiu-se da coleta de assinaturas (milhares de assinaturas, que encaminhamos ao presidente da República), da promoção de palestras, de entrevistas aos jornais e, por fim, da criação de nucleos do MFPA em diversos Estados Pretendemos, dessa maneira, levar a nossa mensagem não apenas ao homens e mulheres deste país, como também a toda a opinião pública internacional.

Sabemos que não nos cabe organizar um grande movimento de Anistia. Este surgirá na medida em que orgãos de classe, sindicatos, associações de bairro, organizães estudantis etc. assumám efetivamente esta luta. Entendemos que toda a legislação discriminatória existente no país é uma ameaça permanente, impedindo que as diversas camadas da populaçao defendam os seus direitos.

A nós, no momento, cabe manter a chama acesa, divulgando e explicando o que é Anistia, por quê Anistia, até que ela se torne realidade.

Este é o nosso boletim, no qual prestamos conta do trabalho realizado até o momento. Por que lhe demos o nome de Maria Quitéria? Por ser ela uma mulher que dedicou sua vida à liberdade. Em 1823, em seu uniforme de soldado, lutou lado a lado com os homens do exercito de libertação pela Independência do Brasil.

Mulher guerreira, Maria Quitéria iluminará com sua coragem este movimento feminino que tem por arma apenas a força de sua esperança.

Maria Quitéria

Diretor responsável: Nicodemus Pessoa.
Editores contribuintes: Therezinha Godoy Zerbine, Margarida Naves Fernandes, Rosa Maria Blanco Mendes.
Arte e Diagramação: Rui Douglas Cattai
Colaboradores: Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho.
Esta publicação é propriedade do Movimento Feminino pela Anistia.
Endereço (redação): rua Caio Prado, 102, São Paulo.
Composto e impresso nas oficinas da PAT — Publicações e Assistência Técnica Ltda.
Rua Dr. Virgilio de Carvalho Pinto, 412 — Fone 853 7461 São Paulo.

Fonte: elaboração da autora, disponível em: <tropy://project/current/items/188/209>.

Para além da expansão para demais cidades brasileiras, além da realização de reuniões e debates, o MFPA buscava levar informação a milhares de mulheres por intermédio de manifestos e boletins informativos como o "Manifesto da Mulher Brasileira" e o "Maria Quitéria".

A MFPA não se considerava uma organização feminista e declarou isso em vários momentos, a própria fundadora do grupo, Terezinha Godoy, deixava claro que o não era uma feminista em entrevistas extraídas de recortes de jornais anexados ao dossiê de investigação do Serviço Nacional de Inteligência (SNI)[7], todavia, foi graças ao espaço público que o MFPA ocupou, mobilizando mulheres, que o feminismo no contexto brasileiro foi expandido-se.

Não obstante, mesmo sendo um grupo "não feminista", reconhecia que a mulher brasileira era extremamente marginalizada, sem acesso à cultura e à economia e que era necessário a ampla participação das mulheres na vida econômica, social e política do país; de

[7] A íntegra dos documentos extraídos do Arquivo Nacional encontra-se disponível em: <tropy://project/current/items/188/190>.

forma que a organização primava pelo “desenvolvimento, igualdade e paz”, o que proporcionou para vários membros do movimento, a consciência do que é ser mulher e a consequente posição hierarquica de inferioridade em que se encontravam, o que contribuiu para que muitas engajessem em causas feministas e estudassem sobre a temática.

FIGURA 2 - ENTREVISTA DE TEREZINHA ZERBINI SOBRE O MFPA

TRIBUNA DA BAHIA — Salvador, 15 de janeiro de 1977 — Pág. 5

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA "LUTA CONTRA ATOS DE EXCEÇÃO"

"Qualquer processo de abertura democrática tem que começar pela anistia", declarou ontem, em entrevista coletiva, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, advogada Therezinha Godoy Zerbini, informando que o principal objetivo do movimento é o de lutar contra os atos de exceção e a busca pela redemocratização do País.

Therezinha Godoy Zerbini está em Salvador e ontem à tarde manteve contatos com profissionais liberais e estudantes na sede do Instituto dos Arquitetos da Bahia, ficando definida a instalação na Bahia, de um núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, com uma comissão composta de uma profissional liberal, uma estudante, uma dona de casa e uma mulher de preso político.

Às 20:00 horas, no Colégio das Mercês, Therezinha Zerbini fez um pronunciamento sobre o trabalho do MFPA. Segundo a presidente do MFPA, existem no Brasil atualmente cerca de 300 presos políticos, sendo que o número de exilados também é muito grande. Disse ainda que no período entre 68 e 70 não "se pode dizer que houve abrandamento porque se permite que uma pessoa seja violada, nada impede que 10 ou mais também sejam".

Para Therezinha Zerbini, os direitos humanos no Brasil estão violentados: "Não temos habeas corpus e há presos políticos e exilados que tem seus filhos nascidos no exterior sem documentação, porque o Governo brasileiro nega este direito, infringindo o parágrafo 6 da Declaração dos Direitos Humanos, onde diz que todo ser humano tem direito à nacionalidade".

Ela revelou que o problema é tratado pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, esclarecendo que o MFPA não tem cunho de assistência social. "O que nós pretendemos é a libertação dos exilados, acabando com este regime que intranquiliza a família brasileira". O trabalho do Movimento Feminino pela Anistia consiste portanto "na luta pela anistia, englobando a luta pelos Direitos Humanos".

"Nós caminhamos dentro da lei do País e não nos cabe fiscalizar os atos de exceção, e sim pedir para que eles acabem de uma vez", disse Therezinha Zerbini, acrescentando que entre os políticos a maior sensibilização ocorreu no MDB, através do seu líder Franco Montoro no Senado, quando em agosto de 75 foi enviado um documento aos líderes do Senado e da Câmara de Deputados.

Entre as entidades que apoiam o MFPA, Therezinha Zerbini citou a CNBB, o DCE da Universidade de São Paulo, ABI, Frente Nacional do Trabalho e OAB. Atualmente existem núcleos do movimento nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba, Santa Catarina, Rio de Janeiro, e nas cidades de Recife e Campinas.

O Movimento Feminino pela Anistia é composto por uma diretoria e um núcleo de 20 mulheres, que procuram atingir às outras através de menifestos. Therezinha Zerbini salientou que a mulher que trabalha sofre dificuldades é mais sensibilizada pelo movimento do que as intelectuais. Sobre a situação da mulher brasileira, ela diz que "a mulher do povo é muito marginalizada porque não tem acesso à cultura, e se não tem acesso à cultura, também não tem acesso econômico".

O MFPA não está ligado ao Movimento de Anistia Internacional e suas bases foram lançadas no ano passado, durante a realização do Ano Internacional da Mulher. A meta principal a ser cumprida é o desenvolvimento, igualdade e a paz. "Nós escolhemos a paz por ser uma necessidade de emergencial, nosso trabalho tem de ser criterioso e nós nos pautamos pelo princípio do amor, liberdade e justiça, porque a justiça ,é anterior às leis".

Fonte: elaboração da autora, disponível em: <tropy://project/current/items/188/200>.

Não obstante, o MFPA por várias vezes utilizou-se do jornal “Brasil Mulher” para divulgar o movimento, o qual era abertamente um jornal feminista e nas palavras de Teles e Leite (2013), defendiam ideias e princípios relacionados ao contexto político do movimento nacional feminista pós-luta armada. Com uma linguagem acessível, pleiteavam a difusão de reivindicações e propostas vinculadas diretamente às condições das mulheres e as novas formas de fazer política.

Cumpre destacar, que o feminismo na América Latina buscou criar movimentos em busca da libertação da mulher e sua ocupação de espaços públicos; de forma que ao mesmo tempo em que uniram-se a movimentos visando sua libertação e pelo fim da discriminação,

também lutavam contra as ditaduras da região e proclamaram uma revolução tanto cultural, como sexual (TELES; LEITE, 2013).

Frente ao exposto, o feminismo brasileiro possuí um caráter muito particular: desenvolveu-se em meio a ditadura, o que para além do fato de contribuir para que muitos movimentos fossem compostos por feministas "veladas", também havia o fato de que o termo feminismo ainda era algo novo e muitas vezes visto com um certo preconceito, de forma que era comumente a época, confundido com uma luta contra os homens ou com sexismo (TELES; LEITE, 2013).

O movimento feminista no Brasil

No Brasil, o feminismo se fortalece em cima de pilares como transformação social, econômica, política e ideológica, visando conquistar dignidade, igualdade e liberdade para mulheres e homens (TELES; LEITE, 2013), visto que dado o contexto repressivo em que a segunda onda feminista iniciada em 1970 ganha espaço, é justamente o momento em que ocorreu o endurecimento da ditadura militar com o AI-5, marcado pelas perseguições políticas e exílio de maridos, irmãos e filhos dessas mulheres que ao verem-se só, socorrem-se a comunidade feminina para refletirem o que é ser mulher, principalmente no ambiente de trabalho. Por conseguinte:

> Se as transformações sociais que construíam novas formas de relacionamento e estilos de vida já se mostravam, nos anos 60, profundas e perturbadoras, elas se acelerariam ainda mais, nas décadas seguintes, passando a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais (LOURO, 2000, p. 7).

O feminismo brasileiro que toma espaço a partir de 1970 por intermédio de jornais alternativos como o Brasil Mulher[8], é um feminismo que tem como premissa a igualdade, primando pela luta do direito ao trabalho, saúde de qualidade e melhores condições de vida, ao passo que também busca o engajamento no campo da cidadania, visto que em um contexto opressor e eivado de moralidade, a participação das mulheres no espaço público e político era constantemente cerceada.

[8] Primeiro periódico da imprensa alternativa realizado por mulheres e para as mulheres, foi criado em 1975 e findou-se em 1980, tendo dezessete edições, além de mais três extras.

Assim, o movimento feminista é iniciado nas camadas médias da sociedade, sob a bandeira de um movimento de mulheres e pela pluralidade, expandindo-se mediante uma articulação junto as camadas populares e organizações de bairro, o que serviu para constituir um movimento interclasses (SCHMINK, 1981).

Ademais, também pleiteava a luta dos direitos sociais, bem como a defesa de direitos humanos, os quais vinham sendo profundamente violados, de forma que tinha-se muito claro de acordo com Teles e Leite (2013), que a libertação das mulheres não se faria antes da libertação de todos os explorados da sociedade. Inclusive, a própria Terezinha Zerbini em uma entrevista para o jornal Tribuna da Bahia, de Salvador, datado de 15 de janeiro de 1977[9] expõe a situação em que o Brasil encontrava-se:

> Segundo a presidente do MFPA, existem no Brasil atualmente cerca de 300 presos políticos, sendo que o número de exilados também é muito grande. Disse ainda que no período entre 68 e 70 não "se pode dizer que houve abrandamento porque se permite que urna pessoa seja violada, nada impede que 10 ou mais também sejam" (TRIBUNA DA BAHIA, 1977, p. 5).

Dessa forma, conforme Sarti (1998) restou evidenciado que ao saldo da experiência de resistência das mulheres à ditadura, estas aliaram-se às mudanças por que vinha passando o país sob um regime autoritário, pois mesmo com o processo de uma "transição lenta, gradual e segura" ainda havia em jogo uma série de mecanismos repressivos camuflados pelo campo da legalidade, bem como o aparelho clandestino do Estado que caçava não só as próprias mulheres em questão, como seus filhos, maridos e demais familiares, de forma que:

> Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar. O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente (SARTI, 1998, p. 5).

Conforme Sarti (1998, *apud* Álvarez *et al,* 1990*)*, a unidade necessária em um contexto autoritário, borrou diferenças em uma série de aspectos, para além, negou a natureza híbrida de um movimento fundado na identidade feminina, com recorte social e cultural, o que culminou no fato de que para constituírem-se sujeitos políticos, estas mulheres

[9] Cópia da entrevista concedida ao jornal Tribuna da Bahia. Para mais informações cf: <tropy://project/current/items/188/200>.

estabeleceram uma identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral: a condição de gênero está subsumida ao discurso de unificação dos sujeitos (COLLING, 2004).

Portanto, mesmo o MFPA não ser um movimento que reconhecia-se sob a ótica do feminismo, contribuiu diretamente para a disseminação do feminismo no Brasil, visto que reuniu mulheres, deu voz a elas e as colocou em espaços de poder, não só, como as fez refletir sobre o seu papel no espaço público e político, o que fez muitas simpatizantes do movimento unirem-se ao ativismo feminista que eclode com a segunda onda que assentou-se no país a partir de 1970, trabalhando arduamente não só pela anistia no país, como também pela emancipação feminina; a promulgação da Lei de Anistia foi uma luta encabeçada por mulheres, às quais juntas, ocuparam espaços de poder para além da esfera privada.

Mulheres pela anistia ampla, geral e irrestrita

Em detrimento do congresso realizado no México, referente ao Ano Internacional da Mulher, o qual representava organizações e instituições não governamentais, houve um manifesto das mulheres latino-americanas[10], onde as participantes comprometeram-se abertamente a lutar pela mudança das estruturas consideradas obsoletas, no intuito de conseguir a libertação da mulher e a igualdade de gêneros, além de buscarem contribuir positivamente para o desenvolvimento e integração dos povos latino-americanos, de forma que propuseram mediante diferentes agrupamentos nacionais, desenvolver uma consciência latino-americanista.

Outro objetivo também era pressionar para modificar leis civis, trabalhistas e penais lesivas à dignidade da pessoa humana e discriminatórias em virtude do sexo, de forma que a exigencia primária era garantir uma participação feminina em todos os cargos eletivos, em todos os níveis da administração pública e em todos os centros da decisão do poder político, mediante a igualdade de oportunidades e condições (MARIA QUITÉRIA, 1976).

Assim, o MFPA foi criado por Terezinha Godoy Zerbini na cidade de São Paulo expandido-se inicialmente para a cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul e posteriormente para os estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Fortaleza, Recife,

[10] Foi descoberta a existência do manifesto por intermédio do Boletim do MFPA, intitulado “Maria Quitéria”, na página 13 do ano I, nº 1, o qual possuía uma sessão sobre “O congresso do México”. Para acessar: <tropy://project/current/items/188/220>.

Paraíba e Bahia[11], caracterizava-se por ser um movimento político apartidário, com o objetivo de apoiar o projeto de distensão política do presidente Geisel, além de cooperar com a pacificação da família brasileira, discurso o qual esteve presente em todas as suas entrevistas para jornais da época, como por exemplo o concedido para o jornal A Tarde, em 18 de janeiro de 1977:

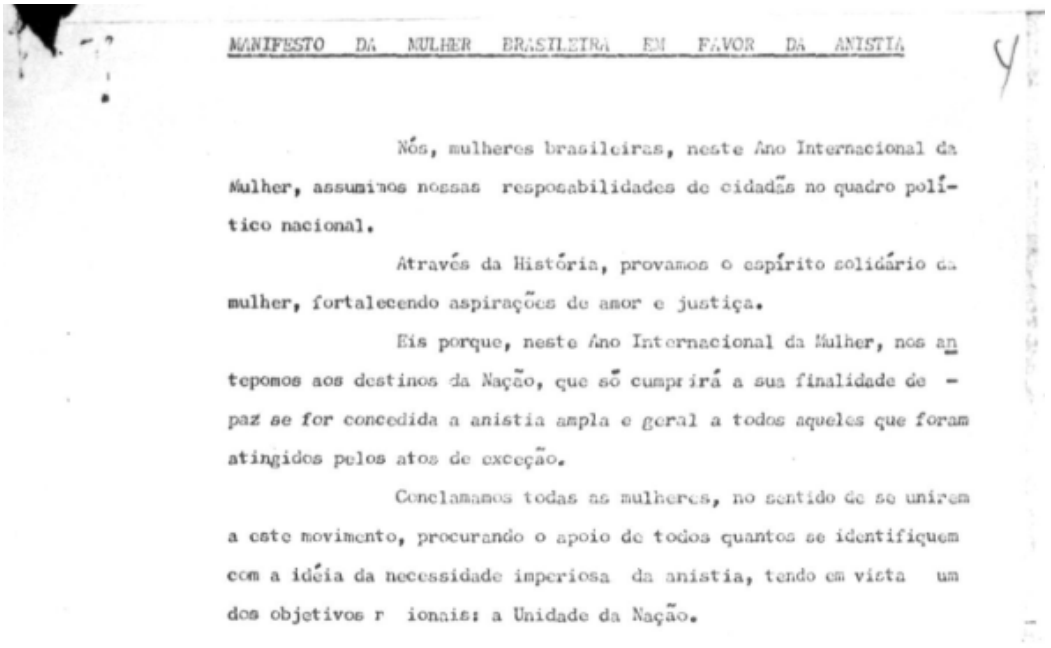
> Destacando como um dos maiores objetivos do MFA, a redemocratIzação do País, que segundo ela, só pode ser conseguida com urna anistia ampla e geral, Terezinha Godoy Zerbini observou que todo o MFPA está voltado para convencer não-convencidos e com isso ganhar as consciências em prol dos objetivos do Movimento (A TARDE, 1977, p. 5).

O movimento era integrado em sua grande totalidade por esposas e parentes de pessoas que foram atingidas pelos Atos Institucionais e de forma inicial, era composto além de sua fundadora, por Lídia Margarida Aguiar Peres (socióloga, presidente da comissão executiva e líder do movimento no Rio Grande do Sul), Mila Cauduro (influente no MDB, brizolista e candidata a deputada estadual do Rio Grande do Sul), Francisca Brizola Rota (irmã do ex-deputado federal cassado Leonel Brizola), Ruth Vargas (esposa do ex-deputado estadual Wilson Vargas), Ilda Dutra Vasconcelos (irmã do senador Tarso Dutra e esposa de Justino Vasconcelos que a época, era o presidente da seção regional da OAB/RS) e Lígia Mena Barreto Costa (não constam dados sobre na pesquisa junto ao Arquivo Nacional).

Em 13 de abril de 1975, foi lançado o manifesto da mulher brasileira em favor da anistia, documento elaborado por Aldenora de Sá Porto (advogada), Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbini (acadêmica de direito), Margarida Pereira Naves Fernandes (pedagoga), Neusa Cunha Mello Franco (socióloga), Terezinha Godoy Zerbini (advogada) e Virginia Ramos Vasconcelos (acadêmica de direito), material amplamente distribuído visando o acolhimento de assinaturas que seriam postas abaixo do manifesto, no intuito de pressionar o governo:

FIGURA 3 - CÓPIA DO SNI ACERCA DO MANIFESTO DA MULHER BRASILEIRA EM FAVOR DA ANISTIA

[11] Dados obtidos através de entrevista concedida ao jornal “Diário de Notícias”, de 17 de janeiro de 1977. Para acessar: <tropy://project/current/items/188/204>.



MANIFESTO DA MULHER BRASILEIRA EM FAVOR DA ANISTIA

Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de - paz se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos r ionais: a Unidade da Nação.

Fonte: elaboração da autora, disponível em: < tropy://project/current/items/169/174>.

Na referida data, com a primeira etapa do trabalho desenvolvido pelo MFPA de abril a agosto, foram angariadas doze mil assinaturas que deram ensejo à elaboração de um documento que foi entregue às lideranças do Senado, Câmara e a Presidência da República[12], pedindo anistia e pacificação nacional. Após a entrega, as assinaturas seguiram sendo recolhidas para novo documento[13].

Para além das entrevistas em jornais comuns como A Tarde, Tribuna da Bahia, Diário de Notícias, Opinião e o Jornal do Comércio de Porto Alegre[14] havia também a divulgação do movimento por intermédio da imprensa alternativa como o Brasil Mulher, inclusive, em um primeiro momento assumiram a responsabilidade deste, colocando 2.000 exemplares em circulação, com o intuito de promover a divulgação do jornal a nível nacional e internacional em janeiro de 1975, o qual posteriormente passou para a gerência da jornalista Marina D' Andrea, com a eleição da diretoria da Sociedade Brasil Mulher[15].

Também houveram participações em programas de televisão como o Canal 13, Televisão Bandeirantes[16] e Revista Feminina, além de uma série de conferências:

---

[12] Os documentos elaborados possuem cópia junto às páginas 11-13 do boletim do MFPA, ano I, 1, para acessar: <tropy://project/current/items/188/218>.
[13] Informação extraída da página 3 do boletim do MFPA, ano I, nº 1, para acessar: <tropy://project/current/items/188/210>.
[14] Informações extraídas da página 4-7 do boletim do MFPA, ano I, nº 1, para acessar: <tropy://project/current/items/188/211>.
[15] Informação extraída da página 7 do boletim do MFPA, ano I, nº 1, para acessar: <tropy://project/current/items/188/214>.
[16] Informações extraídas da página 4 do boletim do MFPA, ano I, nº 1, para acessar: <tropy://project/current/items/188/211>.

FIGURA 4 - CÓPIA DA LISTA DE CONFERÊNCIAS DO MFPA JUNTO AO BOLETIM DO MARIA QUITÉRIA

AS CONFERÊNCIAS DO MFPA

11/7/75
Local: Câmara de Vereadores de Porto Alegre – Rio Grande do Sul "A mulher latino-americana, tem consciência exata de sua problemática e ela é revoltada, angustiada e toda emoção. Ela grita ao mundo so seus problemas. Mas o grito, é a fala dos que não são ouvidos. Até dentro de seus países elas são marginalizadas do processo de libertação dos seus povos. O condicionamento é econômico, político e cultural". T.G. Zerbine.

10/9/75
Local: Associação Brasileira de Imprensa – Rio de Janeiro
Mesa redonda sobre o tema "A Mulher e a Paz". Conferencistas convidados: Therezinha G. Zerbine, Tristão de Athayde, Rose Marie Muraro e Barbosa Lima Sobrinho.

27/9/75
Local: Câmara de Vereadores de Londrina – Paraná
"Ninguém no Brasil, neste momento, pode dizer que está vivendo em Paz. A Anistia é uma coisa que está no coração de cada um". "A Anistia aos brasileiros atingidos pelos atos de exceção é um dever da consciência de cada um," salientando que o movimento que encabeça, se atingir seus objetivos, será uma "saída honrosa e digna para a pacificação do país", que segundo a líder, atualmente está dividido. T.G. Zerbine.

3/11/75
Local: Auditório do Colégio Sion – São Paulo
Em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, cujos princípios são: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, o Movimento Feminino pela Anistia, convida para a Conferência cujo tema será: "A Paz Fundamental na Justiça".

8/3/76
Local: Museu de Arte de São Paulo – São Paulo
Comemoração do Dia Internacional da Mulher. Na mesa, representantes de vários grupos femininos, que em síntese, lutam pelo mesmo fim: maior participação da mulher na sociedade; igualdade de direitos; diagnósticos e resoluções do problema da mulher, além da luta pela Anistia, uma importante bandeira, empunhada com todo empenho pelo Movimento Feminino pela Anistia.

15/3/76
Local: Fortaleza
Entrevista no Canal 10 – TV Globo
Entrevista na Rádio Uirapuru
Conferência no Colégio Nossa Senhora de Lourdes – "A mulher Latino Americana e os Direitos Humanos".
Entrevista à Tribuna Cearense
"O trabalho do Movimento Feminino pela Anistia, no momento, consiste em semear idéias de justiça e liberdade, que esperamos, caiam em terras fertéis das mentes e dos corações das mulheres e homens deste país. O trabalho, se fundamenta na justiça e conduz à liberdade".

16/3/76
Local: João Pessoa – Paraíba
Entrevista na Rádio Arapuã

19/3/76
Conferência feita em frente à Sede das Voluntárias, que negaram o Auditório. A mensagem em forma de palestra, foi realizada "a céu aberto".

23/3/76
Local: Salvador – Bahia
Entrevista no Jornal da Bahia.
"Convicta de que a Anistia "se fundamenta na justiça e conduz à liberdade", Therezinha Zerbine atuou na Conferência do México, disposta a não deixar que aqueles momentos fossem só aqueles, que todas as idéias não se perdessem nelas próprias. Com a delegação americana, ela tirou um documento de três pontos, que, em síntese são a não proliferação das armas atômicas, Anistia a todos os Norte Americanos, presos por se recusarem a lutar no Vietnã e Anistia "incondicional" aos homens e mulheres presos políticos em todo o mundo".

Fonte: elaboração da autora, disponível em: <tropy://project/current/items/188/217>.

A principal estratégia do movimento era a conscientização e convencimento da necessidade da anistia e da urgência do envolvimento de mulheres na causa, buscavam promover o diálogo em todos os lugares os quais tinham oportunidade.

Outra estratégia foi posicionar-se como um movimento que não era feminista e sim feminino, pois a época, o feminismo ainda era visto com maus olhos e não contribuiria para unir determinadas camadas da sociedade como mulheres religiosas e mais conservadoras, dessa forma, ao performaram o papel de mulheres de família e mães, conseguiram não só driblar a repressão como reunir todas as camadas da sociedade em prol da anistia, o que também impactou diretamente na adesão do povo as passeatas.

A imprensa alternativa como fonte de informação

A presente pesquisa analisa dois veículos de comunicação alternativa os quais são umbilicalmente ligados, o primeiro é o Brasil Mulher, fundado em 1975 pela idealizadora Joana D'Arc Bizzoto Lopes (jornalista e militante pelo Movimento de Resistência da

Juventude) juntamente de Terezinha Zerbini após conhecerem-se em Londrina em uma palestra na Câmara Municipal., com o intuito de divulgar o MFPA e a necessidade de uma anistia ampla, geral e irrestrita a homens e mulheres, colocando-se a serviço da mulher, para a libertação feminina (TELES; LEITE, 2013).

Apesar da curta parceria, visto que o jornal após a edição nº 0 ter assumido-se abertamente feminista, o que culminou na saída de Terezinha Zerbini em detrimento de sua preocupação com o MFPA, o Brasil Mulher seguiu defendendo a dupla militância por intermédio da filiação partidária, sindical e feminista (TELES; LEITE, 2013), onde voltava-se para mulheres da periferia, faveladas, mulheres do campo e operárias.

O jornal possuía publicação bimestral e uma estrutura básica de seções ou rubricas, as quais dividiam-se em:

> 1) Editorial: uma matéria com conteúdo opinativo sobre a questão da mulher vinculada com outros temas políticos; 2) Anistia - entrevistas, reportagens, textos e notícias sobre a anistia; 3) Os Fatos Estão Aí - em geral, uma entrevista sobre o movimento das mulheres; 4) Arte Comunicação; Educação; Rosa dos Ventos - matérias e notícias sobre acontecimentos internacionais de interesse das mulheres; Ciência e o Brasil Correio (TELES e LEITE, 2013, p. 61).

Ao todo, conforme Teles e Leite (2013), temas conjunturais como anistia e denúncias de presos políticos foram objeto de matérias por dezessete vezes, o que equivaleu a cerca de 39% do material criado pelo jornal Brasil Mulher, comprovando que apesar do racha, a mídia alternativa foi fiel a sua origem e divulgou amplamente a temática, visto que é inegável a representatividade de Terezinha Zerbini naquele momento perante o movimento por anistia, sendo quem iniciou o processo efetivamente de forma pública, extrapolando a esfera privada de conversas entre mães de presos e exilados políticos (CARBONI, 2008).

O segundo informativo a ser analisado foi criado em 1977, sob o nome Maria Quitéria, fruto do racha entre Terezinha Zerbini e o Brasil Mulher ao declarar-se um jornal feminista. O boletim, que foi batizado com o nome de uma mulher que teria dedicado sua vida à liberdade em 1983, lutando ao lado de homens do exército de libertação pela independência do Brasil (MARIA QUITÉRIA, 1976), buscava informar os avanços do movimento e convidar as demais mulheres a aderirem à luta.

No tocante a sua periodicidade, não há elementos aptos para apontar que o boletim partia de publicações periódicas, visto que houveram apenas quatro edições: duas em 1977, uma em 1978 e a última em 1979, dessa forma:

> O que interessa destacar é que o Maria Quitéria se assumiu como um veículo de informação e opinião da pequena imprensa e que, independentemente de sua forma, ou seja, um boletim, constituia-se como porta-voz do MFPA. De publicação e distribuição inconstante, sem periodicidade fixa, o boletim era editado em 16 páginas de papel jornal, tamanho A4, de diagramação com textos em blocos, poucas fotos e alguns erros de digitação, sendo impresso na gráfica PAT. Todavia, apesar de sua falta de periodicidade e da má aparência gráfica, o boletim ficou conhecido e se fazia notar pelas mulheres, que o carregam em baixo do braço em eventos pela Lei de Anistia, ou em mesas de redação de jornais, alternativos ou convencionais (CARBONI, 2008, p. 43).

O número um do editorial comprova claramente a posição do grupo, o qual apresentam-se conforme a figura 1, como não feminista, mas sim a favor da participação das mulheres de forma efetiva e plena junto a vida econômica, social e política do país.

De uma forma inteligente, ao afastar-se de movimentos declaradamente feministas, o que geraria problemas diretos a expansão do MFPA, o Maria Quitéria buscava não só conscientizar as mulheres a unirem-se a causa, como também pautava a igualdade de gênero, o que resta evidenciado em trechos como “as mulheres não são intrinsecamente melhores ou piores do que os homens. Nem os moços melhores ou piores que os velhos. Nem oposições melhores ou piores do que os governos” (MARIA QUITÉRIA, 1976).

FIGURA 5 - TRECHO DA MATÉRIA “ANISTIA E RECONCILIAÇÃO” DO BOLETIM MARIA QUITÉRIA

Boletim do MFPA Página 8

SEÇÃO LIVRE

ANISTIA E RECONCILIAÇÃO

Alceu Amoroso Lima

As mulheres não são intrinsecamente melhores ou piores do que os homens. Nem os moços melhores ou piores do que os velhos. Nem as oposições melhores ou piores do que os governos. E no entanto é sobretudo com as mulheres, com os moços e com as oposições que temos de contar, neste nosso mundo moderno, se ainda subsiste alguma esperança de atravessarmos, sem uma terceira guerra mundial, esta passagem de uma civilização baseada na onipotência do capital. Para uma civilização baseada na sua humanização, pela liberdade da política e pela justiça social. Temos de contar com as oposições, a despeito dos espetáculos desalentadores que ultimamente nos têm oferecido, em Portugal, pois a marcha ao absolutismo político não é privilégio, nem da direita nem de esquerda, e sim um vírus corrosivo que ataca atualmente os governos, como sempre contaminou ao longo da história, os detentores do poder. E hoje mais do que em qualquer tempo, dada a profunda transmissão digo transmutação de valores de que está participando o mundo inteiro, mormente com o poderio militar tremendo de que os governantes desfrutam em face das oposições desarmadas.

Temos de contar com a juventude, embora o exemplo de 1968 em França tenha sido uma decepção, exatamente porque lhe foi dada, de um momento para outro, uma responsabilidade, para a qual não estava devidamente preparada. E se isso ocorreu em França, onde a tradição cultural e mesmo educacional vem de séculos, que diremos entre nós, onde especialmente há doze anos essa juventude, em que afinal estão as forças biologicamente mais vivas da nacionalidade, vem sendo sistematicamente marginalizada, traída e frustada em suas esperanças e em sua indispensável preparação política para a futura participação no poder.

Temos de contar, acima de tudo, com mulheres, a despeito do que acabamos de assistir nos Estados Unidos, se quisermos realmente que a paz e a liberdade não sejam apenas metas teóricas ou ideal remmotos, e sim instrumentos imediato e eficazes para que essa transmutação de valores, em que toda a humanidade está engajada e nós com ele (pois não somos, nem de modo a poupar o mais possível, à nossa humanidade, a volta a uma nova idade antropogágica.

Foi aquele humilde e formidável João XXIII, ao marcar com seu efêmero pontificado uma data irreversível na história da Igreja, que resumiu, em uma síntese memorável, os três pontos cruciais dos novos tempos em seu aspecto racional e projetivo: a elevação social das classes trabalhadoreas; o fim do colonialismo e a promoção do sexo feminino. Esse último ponto é que explica a proclamação deste ano de 1975 como sendo o Ano Internacional da Mulher. Se as mulheres não são, por natureza, melhores ou piores do que os homens, sempre foram tratadas, em todas as grandes civilizações, como inferiores aos homens. É de modo paradoxal, na civilização jurídica por excelência, como ao menos pretendeu ser a civilização romana. A correção dessa anomalia, tanto jurídica como religiosa, moral, econômica e cultural, e que representa ou pelo menos deve representar a finalidade de um ano oficialmente proclamado, com Ano Internacional da Mulher.

Entre nós, dadas as condições históricas, em que nos encontramos, todos sabem o papel que as mulheres representam no início desta última fase política de nossas instituições nacionais. Pois bem, seja qual for o juízo que se tenha a respeito desse papel por elas representado em 1974, cabe-lhes em 1975, uma tarefa ainda mais relevante. Cabe-lhes a restituição ao povo brasileiro, dessa palavra que o Papa Paulo VI, poucos meses atrás, proclamou como sendo a fórmula capaz de trazer ao mundo moderno, se não ficar apenas na palavra, e que mais lhe falta neste momento crucial de sua história. Nesta hora, marcada universalmente pela violência, pelo fanatismo, pelo sectarismo, pelas guerras, crises e revoluções, a palavra redentora é Reconciliação. Assim falou o Santo Padre. Assim deveremos falar em nossa terra, nest e momento histórico em que está em jogo o próprio destino do nosso futuro. Ora, o outro nome de Reconciliação é Anistia. A anistia para os crimes políticos, como encerramento de uma época e como abertura de u m novo momento histórico em que em jogo o próprio destino do nosso futuro. Ora, o outro nome de Reconciliação é Anistia. A anistia para os crimes políticos, como encerramento de

Fonte: elaboração da autora, disponível em: <tropy://project/current/items/188/215>.

Conclui-se que ambos os veículos alternativos de informação serviram ao seu propósito a sua maneira, o Brasil Mulher encontrava maiores dificuldades por ser um jornal abertamente feminista que pautava assuntos como emancipação, pílulas, aborto e anistia, manteve-se fiel ao MFPA mesmo após o racha, entendendo a importância do movimento não só para a promulgação da lei, como também para engajar mulheres na luta feminista, o que efetivamente ocorreu ao juntarem-se ao movimento e tomar consciência dos espaços os quais ocupavam.

De uma maneira inteligente, o boletim Maria Quitéria ao desatrelar-se a discursos abertamente feministas, conseguia dialogar com as camadas mais conservadoras da sociedade, contemplado desde às operárias até religiosas, chamando atenção para a importância da luta feminina não somente pela anistia, como também pela paz e igualdade de gênero, ao por a mulher em espaços de poder, dialogando com figuras importantes do momento e fazendo-se ouvir.

Considerações Finais

O fim da ditadura civil-militar no Brasil é marcado por um processo de negociação democrática, com a abertura do governo Geisel o processo que instaurou-se para os militares deixarem o poder, deu-se de forma controlada. Apesar da aparente abertura política, os aparatos repressivos continuavam vigentes, prontos para reprimir quaisquer militantes que extrapolassem as regras invisíveis do jogo, visto que o pleito pela anistia também era de interesse direto dos militares, que buscavam fugir da responsabilidade pelos crimes os quais cometeram na esfera penal.

Concomitantemente com a transição, com a I Conferência Mundial da Mulher realizada pela Organização Nacional das Nações Unidas (ONU) no México, celebrando em 1975 o Ano Internacional da Mulher, pautando a igualdade de gênero, a combatividade da discriminação de gênero e a participação plena de mulheres na esfera política e a paz mundial, o que só seria possível por intermédio de uma luta aberta em busca da reinvenção de estruturas consideradas obsoletas, buscando a libertação da mulher e a igualdade de gêneros.

Todavia, levando em consideração que a América Latina encontrava-se no olho do furacão quanto as ditaduras de segurança nacional, essas mudanças só seriam plausíveis se antes, juntas, ocupassem espaços que anteriormente não eram ocupados por mulheres, extrapolando a esfera privada e lutando lado a lado na esfera pública e política, em busca da paz mundial. Dessa forma, a libertação feminina no Brasil não poderia ocorrer antes da libertação dos demais explorados da sociedade, quais sejam os presos políticos e exilados.

Assim surge o MFPA, pautado em estratégias para conscientizar e convencer a população da necessidade da anistia de presos políticos e exilados, bem como da urgência do envolvimento das mulheres na causa, em virtude da mulher brasileira ser marginalizada, sem acesso à cultura e à economia; cabendo a elas participarem amplamente da vida econômica, social e política do país.

Apesar do MFPA declaradamente não ser uma organização feminista e sim feminina, como várias vezes a líder Terezinha Zerbini reiterou, o espaço criado pelo movimento, corroborou diretamente para a explosão feminista no Brasil, pois independentemente propiciou um espaço seguro para que mulheres questionassem abertamente as condições em que viviam e seu lugar na sociedade, o que culminou na luta dupla das mulheres a favor a anistia e da libertação feminina.

O MFPA dialogou com todas as camadas da sociedade, desde mulheres conservadoras a operárias, faveladas e religiosas, o que mobilizou diretamente a população a ir para as ruas sob a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita.

Não obstante, para além dos trabalhos de base realizados por membros do MFPA, a mídia alternativa teve um importante papel para a ampla mobilização e adesão do público feminino ao pressionar o governo e lutar por direitos igualitários, o que resta demonstrado através da pesquisa realizada junto ao Arquivo Nacional, que deixa claro a importância do jornal Brasil Mulher e Maria Quitéria, voltados ao público feminino, com um diálogo acessível, conscientizando mulheres sobre seus direitos e sobre a necessidade de organizarem-se para lutar pela democracia brasileira.

Referências

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 19 de ago. 2023.

BRASIL. **Decreto Lei nº 314**, de 13 de março de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0314.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2023.

CARBONI, Maria Cecília. Maria Quitéria: **O movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa.** Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/13070/1/Maria%20Cecilia%20Conte%20Carboni.pdf>. Acesso em: 23 de ago. 2023.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. Acesso em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf>. Disponível em: 21 de ago. 2023.

Conferências Mundiais da Mulher. ONU Mulheres Brasil. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 20 de ago. 2023.

LENTZ, Rodrigo de Oliveira. **A justiça de transição do jeitinho brasileiro: panorama após 50 anos de Golpe Civil-Militar de 1964.** In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (org.). ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

Manifesto da mulher brasileira a favor da anistia. Arquivo Nacional. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/75086183/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75086183_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 22 de ago. 2023.

Manifesto da mulher brasileira a favor da anistia. Disponível em: <tropy://project/current/items/169/171>. Acesso em: 23 de ago. 2023.
Movimento feminino pela anistia. Disponível em: <tropy://project/current/items/188/190>. Acesso em: 23 de ago. 2023.

PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional.** In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (org.). ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

Recorte de Jornal. Arquivo Nacional. Disponivel em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/PPP/82003280/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82003280_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 21 de ago. 2023.

SARTI, Cynthia. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. XXI Congresso Internacional da LASA.** Chicago, 1998. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2023.

SCHMINK, Marianne. **Women in the Brazilian 'Abertura' Politics.** Signs, v.7, n.1, 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3173512?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 21 de ago. 2023.

TELES, Amelinha. LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980).** São Paulo: Intermeios, 2013.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. **O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira.** Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212369464_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuh.pdf> Acesso em: 19 de ago. 2023.